

APOSENTADORIA - CGDF - Inspetor Técnico de Controle Interno - 0 ano(s), 3 mês(es) e 24 dia(s); 0575256 - ALDENIRA COELHO DE CARVALHO - APOSENTADORIA - CGDF - Auditor de Controle Interno - 0 ano(s), 1 mês(es) e 12 dia(s); 0575276 - HUMBERTO ADELINO DA SILVA - APOSENTADORIA - CGDF - Inspetor Técnico de Controle Interno - 0 ano(s), 1 mês(es) e 12 dia(s); II – autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 00600-00008744/2024-80-e - Aposentadoria de VERONICA MARIA BRAGA BARBOSA - SES/DF. DECISÃO Nº 3094/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame (Ato/Sirac nº 040399-3), ressalvando que a regularidade da fixação dos proventos será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, proferida no Processo nº 24185/2007; II – autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 00600-00008752/2024-26-e - Aposentadorias concedidas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF. DECISÃO Nº 3095/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, as concessões a seguir relacionadas, ressalvando que a regularidade das parcelas dos respectivos abonos provisórios será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24185/07 (Nº do Ato - Servidor/Instituidor - Tipo de Ato - Jurisdicionado - Cargo - Prazo no Tribunal): 0171869 - EVIDA MARIA PEREIRA RAMOS CARDOSO - APOSENTADORIA - SEE - Professor de Educação Básica - 2 ano(s), 6 mês(es) e 23 dia(s); 0211848 - FRANCISCA DAS CHAGAS TRINDADE - APOSENTADORIA - SEE - Agente de Gestão Educacional - 2 ano(s), 2 mês(es) e 20 dia(s); 0352835 - SULENE DE MENEZES RIBEIRO SOARES ANTUNES - APOSENTADORIA - SEE - Professor de Educação Básica - 2 ano(s), 2 mês(es) e 13 dia(s); II – autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 00600-00008759/2024-48-e - Pensão militar instituída por ADAEL AREDES DE MORAIS - PMDF. DECISÃO Nº 3096/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: 1) cadastre no campo "Fundamento legal das vantagens" o "Artigo 1º da Lei nº 186/91, combinado com o artigo 3º da Lei nº 213/91 (ID 175)"; 2) retifique o ato concessório para excluir de sua fundamentação legal o "artigo 37, caput, e inciso I da Lei nº 10.486/2002" e inserir o "art. 7º, I, a, da Lei nº 3.765/60, c/c o art. 24-B, inciso III, do Decreto-Lei nº 667/69, incluído pela Lei nº 13.954/2019"; 3) anexe, na aba "Dados da Concessão", o ato de retificação mencionado no item anterior; 4) indique, na aba "Anexos e Observações", os benefícios percebidos pela pensionista, circunstância em que deverá ser observada a redução do valor do benefício menos vantajoso, nos termos do § 2º do art. 24 da EC 103/2019; 5) efetue, caso não haja acumulação de benefícios, a retificação do ato concessório, para excluir a menção ao art. 54, I, da Lei nº 10.486/2002; II – autorizar o retorno dos autos à Sefipe, para as providências de praxe

PROCESSO Nº 00600-00008766/2024-40-e - Reforma de JOSÉ CAMPOS DE LIMA – PMDF. DECISÃO Nº 3097/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame (Ato/Sirac nº 026150-6), ressalvando que a regularidade da fixação do benefício será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24185/07; II – autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 00600-00008767/2024-94-e - Pensão Militar instituída por JOSÉ CAMPOS DE LIMA - PMDF. DECISÃO Nº 3098/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade da fixação do benefício será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007; II – autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 00600-00008768/2024-39-e - Revisão da pensão militar instituída por JOSÉ CAMPOS DE LIMA - PMDF. DECISÃO Nº 3099/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame (Ato/Sirac nº 026151-1), ressalvando que a regularidade da fixação do benefício será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24185/07; II – autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 00600-00008771/2024-52-e - Reforma de ADÃO MORAIS LIMA - PMDF. DECISÃO Nº 3100/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – determinar à Jurisdicionada que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes medidas: a) retifique o ato concessório, publicado no DODF de 26/12/2018, para excluir a expressão "e contar mais de trinta anos de serviço"; b) após a publicação do ato de retificação mencionado na alínea anterior, registre-o na aba "Dados da Concessão", no SIRAC; II – autorizar o retorno do feito à Sefipe, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 00600-00008772/2024-05-e - Pensão militar instituída por ADÃO MORAIS LIMA - PMDF. DECISÃO Nº 3101/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF que no prazo de 30 (trinta) dias: a) retifique a Portaria nº 590, de 03 de fevereiro de 2022, publicada no DODF de 11/02/2022, para excluir do fundamento legal do ato concessório o "artigo 37, inciso I, da Lei nº 10.486/02" e incluir o "artigo 7º, inciso I,

alínea a, da Lei nº 3.765/60, c/c o artigo 24-B, inciso III, do Decreto-Lei nº 667/69, incluído pela Lei nº 13.954/2019"; b) após a publicação do ato de retificação mencionado no item anterior, registre-o na aba "Dados da Concessão", no SIRAC; II – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para as medidas de praxe.

RELATADO(S) PELO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA
PROCESSO Nº 00600-00007301/2024-71-e - Reforma de ISAIAS BARBOSA DE BRITO - CBMDF. DECISÃO Nº 3102/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07; II – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que adote as providências cabíveis para ajustar os proventos do militar para a proporção de 13/30, circunstância que poderá ser objeto de futura verificação; III – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 00600-00008605/2024-56-e - Pensão civil instituída por FRANCISCO PIRES DE SOUZA e revisão do benefício – SSP/DF. DECISÃO Nº 3103/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legais, para fins de registro, as concessões a seguir relacionadas, ressalvando que a regularidade das parcelas dos títulos de pensão será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07 (Nº do Ato - Instituidor – Tipo de Ato - Cargo): 0399483 - FRANCISCO PIRES DE SOUZA - PENSÃO CIVIL - Agente de Execução Penal; 0556606 - FRANCISCO PIRES DE SOUZA - REVISÃO DE PENSÃO CIVIL - Agente de Execução Penal; II – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 00600-00008641/2024-10-e - Aposentadoria de TELMA SANTOS DA FONSECA e pensão civil instituída pela servidora - SES/DF. DECISÃO Nº 3104/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legais, para fins de registro, as concessões a seguir relacionadas, ressalvando que a regularidade das parcelas dos correspondentes benefícios será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07 (Nº do Ato – Servidor/Instituidor – Tipo de Ato - Cargo): 0044514 - TELMA SANTOS DA FONSECA - PENSÃO CIVIL - Técnico em Saúde; 0549405 - TELMA SANTOS DA FONSECA - REVISÃO DE APOSENTADORIA - Técnico em Saúde; II – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 00600-00008726/2024-06-e - Aposentadoria de RONALDO VASCONCELOS PIMENTEL - PCDF. DECISÃO Nº 3105/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07; II – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 00600-00009049/2024-35-e - Aposentadorias concedidas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF. DECISÃO Nº 3106/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legais, para fins de registro, as seguintes aposentadorias, ressalvando que a regularidade das parcelas dos abonos provisórios será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/0707 (Nº do Ato – Servidor/Instituidor – Cargo): 042642-1 - ROZENDO FERREIRA PINTO - Técnico Legislativo; 043569-3 - DELMA CALAZANS DA SILVA SANTOS - Auxiliar Legislativo; II – autorizar o arquivamento dos autos.

O(s) processo(s) apreciado(s) nesta sessão que, porventura, não figurou(aram) no Extrato de Pauta Virtual publicado no DODF de 15.08.2024, página 23, previsto no art. 116, § 3º, do RI/TCDF, teve(tiveram) sua inclusão procedida na pauta com fundamento no § 5º da mesma norma.

Às 13 horas de 23 de agosto de 2024, encerrou-se a sessão, em cumprimento ao art. 3º da Resolução nº 352, de 08.12.21. E, para constar, eu, JOÃO BATISTA PEREIRA DE SOUZA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, contendo 31 processos, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente em exercício, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto ao Tribunal.

MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, ANDRÉ CLEMENTE, VINÍCIUS FRAGOSO e DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.

ACÓRDÃO Nº 398/2024

Ementa: Tomada de contas extraordinária-TCEX da. Secretaria de Estado de Empreendedorismo do DF – SEMP/DF. Exercício de 2021. Contas julgadas regulares. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00014903/2023-02-e

Nome/Função/Período: Mauro Roberto da Mata (CPF: ***.875.731-**), Secretário de Estado, de 01/01 a 11/03/2021; Amós Batista de Souza (CPF: ***.089.571-**), Secretário de Estado, de 11/03 a 16/09/2021; Márcio Faria Junior (CPF: ***.175.188-**),

Subsecretário de Administração Geral, de 01/01 a 11/03/2021; Angélica Borges Caires Freitas, (CPF: ***.382.186-**), Subsecretária de Administração Geral, de 26/03 a 21/07/2021, e Subsecretária de Administração Geral substituta, de 04/01 a 13/01/2021, 11/03 a 15/03/2021 e 19/03 a 25/03/2021; Fábio Bernardino da Silva, (CPF: ***.273.204-**), Subsecretário de Administração Geral, de 22/07 a 16/09/2021; Lyndon Johnson de Sousa Calixto, (CPF: ***.743.751-**), Subsecretário de Administração Geral substituto, de 19/04/2021 e de 22/04 a 23/04/2021.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Órgão: Secretaria de Estado de Empreendedorismo do DF – SEMP/DF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Cardoso de Pinho Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso I e 24, inciso I, da Lei Complementar Distrital n.º 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 399/2024

Ementa: Prestação de Contas Anual. BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S/A – BRB/CFI. Exercício de 2021. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00013503/2023-71 -e

Nome/Função/Período: Carlos Antônio Vieira Fernandes (CPF: ***.608.784-**), Diretor-Presidente, de 22/01 a 05/05/2021, de 08/05 a 30/05/2021, de 05/06 a 01/07/2021, de 03/07 a 11/08/2021, de 14/08 a 10/10/2021, de 12/10 a 28/10/2021 e de 30/10 a 31/12/2021, Diretor Financeiro e de Administração respondendo, de 19/04 a 20/04/2021, de 26/04 a 30/04/2021, de 17/05 a 20/05/2021 e de 14/06 a 24/06/2021, Diretor de Clientes e Negócios respondendo, de 22/01 a 05/05/2021, de 08/05 a 30/05/2021, de 05/06 a 01/07/2021, de 03/07 a 05/07/2021 e de 01/012 a 8/12/2021; José Antônio Mendes Fernandes (CPF: ***.769.071-**), Diretor Financeiro e de Administração, de 01/01 a 18/04/2021, de 21/04 a 25/04/2021, de 01/05 a 16/05/2021, de 29/05 a 13/06/2021 e de 20/06 a 31/12/2021, Diretor-Presidente respondendo de 01/01 a 22/01/2021, de 06/05 a 07/05/2021, de 31/05 a 04/06/2021, de 02/07/2021, de 12/08 a 13/08/2021, de 11/10/2021 e de 29/10/2021, Diretor de Clientes e Negócios respondendo, de 01/01 a 22/01/2021, de 06/05 a 07/05/2021, de 31/05 a 04/06/2021 e de 02/07/2021 e Jorge Pedro de Lima Filho (CPF: ***.072.474-**), Diretor de Clientes e Negócios, de 06/07 a 30/11/2021 e de 9/12 a 31/12/2021.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Órgão: BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S/A – BRB/CFI.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso I e 24, inciso I, da Lei Complementar Distrital n.º 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 400/2024

Ementa: Prestação de Contas Anual. Fundação Hemocentro de Brasília – FHB. Exercício de 2020. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável. Determinação.

Processo TCDF: 00600-00012557/2023-10-e

Nome/Função/Período: Paulo Sérgio Dias Peres (CPF: ***.424.457-**), Coordenador de Administração Geral, de 01/1 a 31/12/2020.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Órgão: Fundação Hemocentro de Brasília – FHB.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Síntese da impropriedade/falha apurada: bens patrimoniais não localizados pela Comissão de Inventário Físico-Financeiro dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis (peça 14, e-DOC D56E0C18).

Determinação (LC/DF nº 01/1994, art. 19): adoção das medidas necessárias à localização dos bens patrimoniais, conforme sugerido no Relatório Final de Inventário 2020 (peça 14, e-DOC D56E0C18).

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar Distrital nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado, com determinação de adoção de providências.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 401/2024

Ementa: Prestação de Contas Anual. Fundação Hemocentro de Brasília – FHB. Exercício de 2020. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00012557/2023-10-e

Nome/Função/Período: Barbara de Jesus Simões (CPF: ***.029.481-**), Diretora-Presidente, de 01/01 a 17/03/2020 e 18/09 a 31/12/2020; Osnei Okumoto (CPF: ***.108.949-**), Diretor-Presidente, de 18/03 a 17/09/2020 e Alexandre Nonino (CPF: ***.624.878-**), Diretor Executivo, de 01/01 a 31/12/2020.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Órgão: Fundação Hemocentro de Brasília – FHB.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso I e 24, inciso I, da Lei Complementar Distrital n.º 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 402/2024

Ementa: Prestação de Contas Anual. Fundação Hemocentro de Brasília – FHB. Exercício de 2021. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável. Determinação.

Processo TCDF: 00600-00012280/2023-25-e

Nome/Função/Período: Paulo Sérgio Dias Peres (CPF: ***.424.457-**), Coordenador de Administração Geral, de 01/01 a 31/12/2021.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Órgão: Fundação Hemocentro de Brasília – FHB.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.
Síntese da impropriedade/falha: bens patrimoniais não localizados pela Comissão de Inventário Físico-Financeiro dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis (peça 14, e-DOC 24463CD2).

Determinação (LC/DF nº 01/1994, art. 19): adoção das medidas necessárias à localização dos bens patrimoniais, conforme sugerido no Relatório Final de Inventário 2021 (peça 14, e-DOC 24463CD2).

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar Distrital nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado, com determinação de adoção de providências.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 403/2024

Ementa: Prestação de Contas Anual. Fundação Hemocentro de Brasília – FHB. Exercício de 2021. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00012280/2023-25-e

Nome/Função/Período: Barbara de Jesus Simões (CPF: ***.029.481-**), Diretora-Presidente, de 01/01 a 26/08/2021; Osnei Okumoto (CPF: ***.108.949-**), Diretor-Presidente, de 27/08 a 31/12/2021 e Alexandre Nonino (CPF: ***.624.878-**), Diretor Executivo, de 01/01 a 31/12/2021.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Órgão: Fundação Hemocentro de Brasília – FHB.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 404/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Administração Regional do Varjão – RA XXIII. Exercício de 2020. Contas julgadas regulares. Quitação plena à responsável.

Processo TCDF: 00600-00010789/2023-33-e

Nome/Função/Período: Giuliana Souza Couto (CPF: ***.652.951-**), Coordenadora de Administração Geral substituta, de 01/01 a 05/01/2020 e 10/02 a 15/02/2020.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Órgão: Administração Regional do Varjão – RA XXIII.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena à responsável indicada.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 405/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Administração Regional do Varjão – RA XXIII. Exercício de 2020. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis. Determinações.

Processo TCDF: 00600-00010789/2023-33-e

Nome/Função/Período: Nair Queiroz Pessoa (CPF: ***.022.731-**), Administradora Regional, de 01/01 a 06/07/2020; Lúcio Rogério Gomes dos Santos (CPF: ***.916.607-**), Administrador Regional, de 07/07 a 31/12/2020 e José Maria Rodrigues de Souza (CPF: ***.053.501-**), Coordenador de Administração Geral, de 01/01 a 31/12/2020.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Órgão: Administração Regional do Varjão – RA XXIII.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: itens 1, 2 e 4 do Relatório Contábil Anual do Exercício de 2020 (peça 13, e-DOC 81FD4766); 21 bens não localizados, 108 bens em TCE, conforme fls. 02/03, entre outras situações, nos termos do Relatório de Bens Móveis nº 67/2020 (peça 11, e-DOC EFC6C56F); e em decorrência das falhas registradas nos itens 1.1 (Imóveis que se encontram ocupados por terceiros), 1.3 (Quanto aos Abrigos de Passageiros que foram removidos/instalados em outra localidade), 1.4 (Quanto aos imóveis em que divergências na ocupação entrada x SISGEPAT), e 2.1 (O relatório da Comissão Inventariante não traz nenhuma informação sobre seus 24 Imóveis não incorporados) do Relatório SEI-GDF nº 3/2021 – SEEC/SEF/SUCON/COPAT/GAPAI (peça 10, E-DOC EA968271).

Determinações (LC/DF nº 01/1994, art. 19): adotar as seguintes medidas: i) aprimorar os procedimentos de contabilidade e de controle interno, com vistas a evitar a repetição das impropriedades contábeis apontadas nos itens 1, 2 e 4 do Relatório Contábil Anual do Exercício de 2020 (peça 13); ii) promover as ações necessárias para evitar a repetição das falhas apontadas no Relatório de Bens Móveis nº 67/2020; iii) solucionar as falhas referentes aos bens imóveis apontadas no Relatório SEI-GDF nº 3/2021 – SEEC/SEF/SUCON/COPAT/GAPAI (peça 10, E-DOC EA968271)

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar Distrital nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 406/2024

Ementa: Débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade de militar do CBM/DF. Desconto em folha implementado de forma parcelada. Pagamento de valor remanescente com adesão ao REFIS – DF 2020. Quitação ao responsável ante o recolhimento integral do débito. Arquivamento dos autos.

Processo TCDF: 00600-00004683/2024-81-e

Responsável: Orlando de Araújo Filho (CPF: ***.318.011-**).

Relator: Conselheiro Paulo Tadeu.

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBM/DF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Paulo Tadeu, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao

responsável indicado, em face do recolhimento do débito que lhe foi imputado por meio da Decisão nº 6.176/2013 e do Acórdão nº 367/2013, editados em sede do Processo nº 33.674/2010.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 407/2024

Ementa: Débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade de militar do CBM/DF. Desconto em folha implementado de forma parcelada. Pagamento de valor remanescente com adesão ao REFIS – DF 2020. Quitação ao responsável ante o recolhimento integral do débito. Arquivamento dos autos.

Processo TCDF: 00600-00003914/2024-30-e

Responsável: José Guilherme do Nascimento Lacerda (CPF: ***.069.621-**).

Relator: Conselheiro Paulo Tadeu.

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBM/DF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Paulo Tadeu, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao responsável indicado, em face do recolhimento do débito que lhe foi imputado por meio da Decisão nº 688/2014 e o Acórdão nº 190/2014, editados em sede do Processo nº 9.801/2011.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 408/2024

Ementa: Monitoramento de decisões. Decisão n.º 1.015/2014. Acórdão n.º 232/2014. Processo n.º 15.999/2011. Comprovação de recolhimento do débito. Quitação ao responsável.

Processo TCDF: 00600-00004645/2024-29-e

Responsável: Geraldo Magela Mendes (CPF: ***.976.301-**).

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBM/DF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese das irregularidades apuradas: recebimento indevido de indenização de transporte na passagem para a inatividade.

Valor do débito apurado: R\$ 127.514,69 (cento e vinte e sete mil quinhentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos).

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em conta as conclusões da unidade instrutiva e do Parquet especial, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF n.º 1, de 9 de maio de 1994, em considerar o Sr. Geraldo Magela Mendes, no que tange ao débito imposto por meio da Decisão n.º 1015/2014, quite com o erário, em face do recolhimento em folha de pagamento e o valor remanescente, nos moldes da Lei Complementar n.º 976/2020 (Refis), do dano que lhe foi imputado.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 409/2024

Ementa: Quitação plena ao responsável ante o recolhimento do débito.

Processo TCDF: 00600-00004289/2024-43-e

Nome/Função: Manoel Baptista de Lima (CPF: ***.556.451-**), 1º SGT BM beneficiário de indenização de transporte.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade.

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBM/DF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas/CADEM.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Manoel de Andrade, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao responsável indicado, em face do recolhimento do débito que lhe foi imputado por meio da Decisão nº 1961/2014 e Acórdão nº 302/2014, no Processo nº 29140/2011.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, a Conselheira Anilcéia Machado.

ANILCÉIA LUZIA MACHADO

Presidente da Sessão

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 410/2024

Ementa: Débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade de militar do CBMDF. Desconto em folha implementado de forma parcelada. Pagamento de valor remanescente com adesão ao REFIS – DF 2020. Quitação ao responsável ante o recolhimento integral do débito. Arquivamento dos autos.

Processo TCDF: 00600-00004272/2024-96-e

Nome/Função: Doronaldo Alves Pereira (CPF: ***.163.156-**), militar beneficiário da indenização de transporte.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade.

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBM/DF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas/CADEM.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao responsável indicado, em face do recolhimento do débito que lhe foi imputado por meio da Decisão nº 6223/2013 e do Acórdão nº 382/2013, proferidos no Processo nº 21.735/2011.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, a Conselheira Anilcéia Machado.

ANILCÉIA LUZIA MACHADO

Presidente da Sessão

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 411/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual dos administradores e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF referente ao exercício financeiro de 2007. Contas irregulares.

Processo TCDF: 26263/2008-e

Nome/Função: Gibrail Nabih Gebrim (CPF: ***.332.941-**), Chefe da Unidade de Administração Geral 03/01 a 31/12/2007.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade.

Órgão: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas/CADEM.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese das irregularidades: repercussão, nas contas anuais, dos fatos apurados no Processo nº 24101/2010, destacados no Relatório Final de Auditoria (tabelas 02, 04 e 06, eDoc C147560F).

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, com fundamento no art. 17, III, b, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar irregulares as contas em apreço, sem imputação de sanção.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, a Conselheira Anilcéia Machado.

ANILCÉIA LUZIA MACHADO

Presidente da Sessão

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 412/2024

Ementa: Débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade de militar do CBMDF. Desconto em folha implementado de forma parcelada. Pagamento de valor remanescente com adesão ao REFIS – DF 2020. Quitação ao responsável ante o recolhimento integral do débito. Arquivamento dos autos.

Processo TCDF: 00600-00004376/2024-09-e

Nome/Função: José Maria de Lima, (CPF: ***.728.661-**).

Relatora: Conselheira Anilcéia Machado.

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas/CADEM.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pela Relatora Conselheira Anilcéia Machado, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao responsável indicado, em face do recolhimento do débito que lhe foi imputado por meio da Decisão nº 4046/2015 e Acórdão nº 526/2015, no Processo nº 9063/2013.

ATA da Sessão Ordinária Virtual nº 119, de 19/08/2024 até 23/08/2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Renato Rainha, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu, André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Presidente em exercício

ANILCÉIA LUZIA MACHADO

Conselheira Relatora

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 413/2024*

Ementa: Quitação plena aos responsáveis ante o recolhimento integral do débito.

Processo TCDF: 00600-00008348/2021-18-e

Responsáveis: Fundação Zerbini (CNPJ: 050.644.053/0001-13) e Sr. Milton Pacífico José Araújo (CPF: ***.140.280-**), superintendente do Programa Família Saudável em Brasília, por parte da Fundação Zerbini.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro André Clemente, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação plena aos responsáveis indicados, em face do recolhimento do débito que lhes foi aplicado por meio da Decisão nº 1887/2020, Acórdão nº 141/2020, no Processo nº 28270/2007.

ATA da Sessão Ordinária nº 5391, de 14 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu, André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro Manoel de Andrade.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente da Sessão

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

*Publicação de acórdão de acordo com o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 355/22, referente à Decisão nº 3044/2024, publicada no DODF nº 163, edição de 26 de agosto de 2024, página 39.

ACÓRDÃO Nº 414/2024

Ementa: Débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade de militar do CBM/DF. Desconto em folha implementado de forma parcelada. Pagamento de valor remanescente com adesão ao REFIS – DF 2020. Quitação ao responsável ante o recolhimento integral do débito. Arquivamento dos autos.

Processo TCDF: 00600-00004640/2024-04-e

Responsável: Valdivino Alves dos Santos (CPF: ***.292.091-**)

Relator: Conselheiro Paulo Tadeu.

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBM/DF.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Paulo Tadeu, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao responsável indicado, em face do recolhimento do débito que lhe foi imputado por meio da Decisão nº 529/2014 e Acórdão nº 167/2014, exarados no Processo nº 20313/2011.

ATA da Sessão Ordinária nº 5392, de 21 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente em exercício

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 415/02024*

Ementa: Prestação de Contas Anual. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. Exercício financeiro de 2020. Contas regulares.

Processo TCDF: 00600-00008993/2023-94e

Nome/Função/Período: Jeansley Charles de Lima (CPF: ***.352.881-**), Presidente, de 01/01 a 31/12/2020 e Juliana Dias Guerra Nelson Ferreira Cruz (CPF: ***.218.924-**), Diretora Administrativa e Financeira, de 01/01 a 31/12/2020.

Relator: Auditor Vinícius Fragoso

Revisor: Conselheiro Manoel de Andrade.

Órgão: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Revisor Manoel de Andrade, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5390, de 7 de agosto de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu, André Clemente e o Auditor Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: maioria. Vencido o Conselheiro Renato Rainha.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Presidente em exercício

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Revisor

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

*Publicação de acórdão, de acordo com o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 355/22, referente à Decisão nº 2962/2024, publicada no DODF nº 160, edição de 21 de agosto de 2024, página 38.